ISSN: 2358-8829

RAÇA E CLASSE SOCIAL: IMPACTOS DAS DESIGUALDADES NA INFÂNCIA

Leticia Caroline Silva Freire [1]
Mikaelly Celina Fidelis dos Santos [2]

RESUMO

A compreensão das desigualdades na infância exige considerar que as experiências infantis não se desenvolvem de maneira uniforme, mas são condicionadas por estruturas sociais que organizam o acesso a recursos, espaços e formas de reconhecimento. Nesse cenário, raça e classe social operam como marcadores sociais que delimitam oportunidades e trajetórias, influenciando diretamente as condições de inserção das crianças em diferentes contextos sociais. Partindo dessa problemática, este estudo analisa como as desigualdades associadas à raça e à classe social impactam o período da primeira infância a partir de processos que configuram assimetrias no cotidiano infantil. A pesquisa possui abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico, fundamentada em Minayo (2002) e Gil (2010), articulando-se com as contribuições de Campos (2017), no que se refere à compreensão do racismo como fenômeno estrutural, e de Carneiro (2011), especialmente no que diz respeito à incorporação de disposições e à distribuição desigual de capitais sociais e culturais. A análise indica que as desigualdades se manifestam de maneira contínua nas interações sociais, nos espaços institucionais e nas condições de acesso a experiências formativas. Essas dinâmicas não apenas restringem oportunidades, mas também influenciam a forma como as crianças são percebidas e posicionadas socialmente, contribuindo para a consolidação de hierarquias sociais desde a infância. Dessa forma, evidencia-se que as desigualdades na infância são resultado de processos estruturais que articulam raça e classe na organização da vida social. Compreender essas relações permite problematizar as bases que sustentam tais desigualdades, apontando para a necessidade de práticas sociais e educacionais que contribuam para a ampliação de direitos e para a redução das assimetrias existentes.

Palavras-chave: Infância; Raça; Classe Social; Desigualdade; Experiências sociais.

INTRODUÇÃO

A infância, historicamente idealizada pela modernidade ocidental como um território intocado de pureza, homogeneidade e plena igualdade de condições, revela-se, sob o escrutínio rigoroso das ciências sociais e da pedagogia crítica, como um espaço

[1] Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, leticiafreire415@gmail.com;
[2] Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, mikaellycelina33@gmail.com;

ISSN: 2358-8829

profundamente fraturado e heterogêneo. As experiências infantis não se desenvolvem de maneira uniforme, abstrata ou linear; ao contrário, são rigidamente condicionadas e moldadas por macroestruturas sociais que organizam, de forma assimétrica, a distribuição de recursos materiais, a delimitação de espaços públicos e institucionais e o acesso a formas legítimas de reconhecimento simbólico. No tecido social brasileiro, historicamente marcado por heranças coloniais persistentes, pela escravidão estendida e pela perversidade do capitalismo periférico, a raça e a classe social não figuram como meras variáveis estatísticas acessórias, mas operam como marcadores sociais da diferença estruturantes que delimitam as oportunidades existenciais e as trajetórias biográficas dos sujeitos desde o nascimento.

Essa fragmentação da experiência infantil exige que se rompa com a mística de uma "infância universal", uma vez que as infâncias são vivenciadas no plural e determinadas pelas coordenadas geográficas e históricas dos sujeitos. A produção social da infância no Brasil não pode ser desvinculada do modo como o Estado e as elites econômicas historicamente geriram as populações subalternizadas, destinando às crianças das periferias urbanas e rurais um lugar de vigilância, negligência ou controle assistencialista. Desse modo, a infância não se reduz a um dado puramente biológico ou a um estágio cronológico do desenvolvimento humano, mas constitui uma categoria social e política complexa, cujos contornos são permanentemente disputados e redesenhados pelas forças do capital e das hierarquias raciais que estruturam a nossa sociabilidade periférica.

É no período crucial da primeira infância que compreende os primeiros anos de vida da criança, fundamentais para a arquitetura cerebral e a formação dos vínculos afetivos primários que as bases da subjetividade, do desenvolvimento cognitivo e da inserção social são consolidadas. Longe de ser um momento imune às tensões e conflitos do mundo adulto, a primeira infância constitui a etapa ontológica onde as assimetrias mais cruéis começam a ser inscritas, de forma sutil e contínua, no cotidiano infantil. O pertencimento étnico-racial e a origem socioeconômica da família atuam de forma intersecional, erguendo barreiras institucionais poderosas que ditam desde as condições mais básicas de sobrevivência física, segurança alimentar e nutricional até o acolhimento pedagógico e afetivo em ambientes escolares.

ISSN: 2358-8829

A negligência estatal e o racismo institucionalizado na primeira infância cobram um preço histórico imediato, manifestando-se na distribuição desigual do acesso a creches públicas de qualidade, ao atendimento pediátrico especializado e ao saneamento básico adequado. Essas carências materiais estruturais não operam de forma isolada, mas agem de maneira cumulativa, comprometendo as potencialidades de desenvolvimento físico e psíquico da criança negra e pobre antes mesmo de seu ingresso no ensino fundamental regular. Portanto, a vulnerabilidade social e a exposição precoce à violência estrutural moldam corpos e mentes, operando uma verdadeira triagem social que define, nos primeiros anos de vida, quais infâncias serão protegidas e quais serão submetidas à lógica do abandono e da precariedade.

Partindo dessa problemática urgente e multifacetada, o presente estudo tem como objetivo geral analisar de que maneira as desigualdades associadas à raça e à classe social impactam a primeira infância, investigando os processos cotidianos, institucionais e discursivos que configuram essas assimetrias. Justifica-se a realização desta pesquisa pela necessidade imperiosa de tensionar e desnaturalizar os discursos liberais de meritocracia que frequentemente silenciam as opressões e as exclusões sofridas por crianças negras e de classes populares no ambiente escolar e comunitário. Compreender essas relações estruturais permite problematizar as bases que sustentam tais desigualdades, oferecendo subsídios teóricos e práticos para que a escola e as políticas públicas desenhem práticas sociais e educacionais verdadeiramente comprometidas com a ampliação radical de direitos e com a redução das disparidades existentes.

Para dar sustentação a esta reflexão, o trabalho estrutura-se em seções complementares e articuladas. Inicialmente, apresenta-se o referencial teórico que cruza o conceito de racismo estrutural com a teoria sociológica dos capitais sociais e culturais. Em seguida, explicitam-se as escolhas metodológicas qualitativas que validam cientificamente a pesquisa. Por fim, realizam-se a apresentação e a discussão aprofundada dos resultados extraídos da literatura e de dados macroeconômicos contemporâneos, culminando em considerações finais direcionadas à transformação urgente da práxis pedagógica.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

ISSN: 2358-8829

A experiência infantil, é imprescindível romper em definitivo com visões psicologizantes ou reducionistas que enxergam o racismo apenas como uma manifestação de preconceito individual, uma injúria isolada ou um desvio moral passível de correção pontual. Valendo-se das formulações teóricas de Campos (2017) e do aprofundamento conceitual proposto por Almeida (2019), o racismo deve ser compreendido como um fenômeno eminentemente estrutural. Isso significa que o racismo é um elemento constituinte e indissociável das próprias relações econômicas, políticas, jurídicas e ideológicas que organizam e sustentam a sociedade.

De acordo com Almeida (2019), as instituições sociais incluindo o Estado, o mercado e a própria instituição escolar não são neutras, mas operam reproduzindo de maneira orgânica, mecânica e automática a subalternização de determinados grupos raciais, garantindo a perpetuação de privilégios materiais e simbólicos para o grupo racial hegemônico. Quando transposto para a análise da infância, o racismo estrutural manifesta-se na naturalização de lugares sociais de carência ou perigo para a criança negra.

Desde os primeiros anos de vida, antes mesmo de possuir o domínio conceitual da linguagem e da política, a criança aprende a ler nos discursos midiáticos, na ausência crônica de representatividade nos materiais lúdicos e nas dinâmicas de poder que o seu corpo, o seu cabelo e a sua estética estão historicamente associados a posições de menor valor social ou de menor capacidade intelectual. O racismo estrutural, portanto, governa de antemão os olhares que os adultos lançam sobre a infância negra, delimitando o desenvolvimento de sua autoconfiança, autoeficácia e sentimento de pertença a espaços de prestígio.

A articulação íntima entre a opressão racial e a dimensão econômica da classe social ganha sustentação teórica nas formulações sociológicas clássicas e suas releituras contemporâneas. Carneiro (2011) contribui decisivamente para este debate ao analisar os processos de incorporação de disposições e a distribuição desigual de capitais sociais e culturais entre as famílias brasileiras. Esse debate dialoga diretamente com a sociologia da reprodução de Pierre Bourdieu (2007), que demonstra que as oportunidades de um indivíduo dentro de um determinado campo social (como o campo escolar) não dependem unicamente do seu esforço ou dom inato, mas

ISSN: 2358-8829

fundamentalmente do volume de capitais econômico, social, cultural e simbólico que ele herda de sua estrutura familiar.

O capital cultural, conforme Bourdieu (2007), manifesta-se em três estados: o incorporado (disposições duráveis da mente e do corpo, modos de falar, posturas), o objetivado (posse de bens culturais como livros, obras de arte) e o institucionalizado (títulos e diplomas). Carneiro (2011) adverte que o racismo histórico no Brasil operou um verdadeiro confisco e bloqueio no acesso a esses capitais para a população negra. Na primeira infância, a distribuição desigual desses capitais dita as condições materiais e imateriais do desenvolvimento humano

As crianças nascidas em contextos familiares desprovidos de capital econômico e marcadas pelo racismo institucional enfrentam restrições que vão desde a precariedade habitacional e do saneamento básico até a falta de acesso a bens culturais valorizados pela cultura dominante. Esses fatores promovem a incorporação de um determinado habitus de classe que, ao entrar em contato com a escola, sofre o que Bourdieu classifica como violência simbólica. A escola, ao tomar o capital cultural da classe dominante branca como o padrão universal e "natural" de excelência, pune e desvaloriza os modos de vida, as linguagens e os saberes das crianças negras e populares, convertendo uma desigualdade estrutural de origem em um suposto "deficit" cognitivo individual ou desinteresse das famílias periféricas.

3. METODOLOGIA

O desenho metodológico implementado para a realização e a legitimação científica deste estudo orienta-se estritamente pelos princípios teóricos e epistemológicos da abordagem qualitativa de pesquisa. Conforme as lições fundamentais de Minayo (2002), a pesquisa qualitativa ajusta-se com precisão metodológica aos estudos que buscam desvelar dinâmicas históricas, sociais e institucionais complexas, visto que seu foco de investigação reside no universo dos significados, das aspirações, das crenças, dos valores, das motivações e das atitudes que regem as relações humanas. Esse método permite ao pesquisador mergulhar na subjetividade dos processos cotidianos, capturando nuances, silenciamentos e violências

ISSN: 2358-8829

simbólicas que os dados puramente quantitativos ou as tabelas estatísticas isoladas são estruturalmente incapazes de expressar em sua totalidade analítica.

A opção por esse caminho metodológico justifica-se pela natureza indiciária do fenômeno investigado, o qual se manifesta através de práticas discursivas sutis, omissões institucionais e dinâmicas interacionais que ocorrem no cotidiano da primeira infância. Para operacionalizar a investigação, procedeu-se a um levantamento bibliográfico sistemático e a uma análise documental analítica de relatórios macroeconômicos contemporâneos sobre desigualdade racial e de classe no Brasil. Esse cruzamento documental permitiu submeter o material bruto aos procedimentos da Análise de Conteúdo, viabilizando o mapeamento de recorrências temáticas e o desvelamento das estruturas ideológicas subjacentes que naturalizam a exclusão das crianças das classes populares no chão da escola.

Quanto aos procedimentos técnicos adotados para a coleta e o tratamento das informações, esta investigação constitui-se como uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório e analítico. Conforme define Gil (2010), a pesquisa bibliográfica baseia-se na análise rigorosa de documentos e materiais científicos já elaborados por outros autores, compreendendo principalmente livros, capítulos de coletâneas conceituadas e artigos publicados em periódicos indexados de alto impacto. A grande vantagem metodológica desse procedimento, segundo Gil (2010), é permitir ao investigador o acesso a uma ampla cobertura de fenômenos sociais que ele jamais conseguiria pesquisar diretamente em campo de forma isolada, possibilitando a reunião, o cruzamento dialético e a síntese crítica de correntes teóricas distintas sobre o mesmo objeto de estudo.

Para a construção do presente trabalho, realizou-se um levantamento sistemático da literatura científica produzida no Brasil que discute as intersecções entre infância, relações étnico-raciais e classes sociais. As buscas foram efetuadas de forma cruzada nas plataformas eletrônicas Google Acadêmico e SciELO, utilizando operadores booleanos integrados como "primeira infância AND racismo estrutural", "desigualdade social AND capitais escolares" e "educação infantil AND relações raciais". Os critérios de inclusão selecionaram textos publicados que traziam contribuições conceituais diretas para o tensionamento proposto pelos autores de referência da pesquisa (Campos,

ISSN: 2358-8829

Almeida, Carneiro e Bourdieu), garantindo o rigor, a atualidade e a robustez acadêmica exigidos para a publicação nos anais do CONEDU.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO: AS ASSIMETRIAS EMPÍRICAS NO COTIDIANO DA INFÂNCIA

A partir do levantamento bibliográfico sistematizado, foram identificados e analisados um total de 47 trabalhos acadêmicos, entre artigos científicos, dissertações e teses, que discutem diretamente as intersecções de opressão na infância. A grande maioria dessas produções científicas evidenciou de forma consensual que o ambiente escolar da Educação Infantil atua, de maneira sistemática e velada, como um espaço de reprodução da violência simbólica e do racismo institucional. O debate predominante na literatura aponta que a combinação entre a escassez material da classe popular e a estigmatização da raça negra deforma o autoconceito das crianças desde os primeiros anos de vida, convertendo desigualdades de origem em supostos problemas de comportamento ou defasagem cognitiva individual.

A análise combinada da produção bibliográfica, dos estudos de caso etnográficos e dos indicadores sociais contemporâneos evidencia que as desigualdades associadas à raça e à classe social não se apresentam de forma episódica, fragmentada ou acidental. Ao contrário, elas manifestam-se de maneira contínua, sistemática e cumulativa nas interações sociais diárias, no interior dos espaços institucionais e nas condições reais de acesso a experiências formativas qualificadas. Essas dinâmicas estruturais não apenas restringem as oportunidades materiais mais imediatas das crianças, mas influenciam drasticamente a forma como elas são percebidas, avaliadas, cuidadas e posicionadas socialmente pelos adultos, consolidando hierarquias raciais e sociais rígidas desde a mais tenra idade.

No que tange ao acesso à educação formal e ao direito à proteção social na primeira infância, os dados empíricos nacionais pintam um cenário de exclusão profunda e seletiva. Conforme dados extraídos das Notas Estatísticas do Censo Escolar e do mapeamento de vulnerabilidades do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2023), as desigualdades no acesso à creche (0 a 3 anos) continuam sendo um dos principais gargalos da educação brasileira. O cruzamento dos dados do CadÚnico e do IBGE demonstra que apenas 30% das crianças de 0 a 3 anos pertencentes às famílias

ISSN: 2358-8829

mais pobres do país (inseridas no primeiro quintil de renda) conseguem efetivamente uma vaga em creches Agência Brasil.

Quando esse dado é filtrado pelo recorte étnico-racial, a assimetria torna-se gritante: crianças pretas e pardas sofrem o maior impacto do déficit de vagas, uma vez que as creches públicas qualificadas se concentram historicamente nos centros urbanos ou em bairros com melhor infraestrutura, penalizando as periferias e aglomerados subnormais onde reside a maioria das famílias negras brasileiras. Na pré-escola (4 e 5 anos), embora a matrícula seja obrigatória por lei, persiste uma desvantagem de cerca de 7 pontos percentuais na taxa de frequência de crianças negras em comparação às brancas, evidenciando que o racismo institucional bloqueia o direito à estimulação pedagógica precoce daqueles que mais necessitam da escola como espaço de democratização de capitais Agência Brasil.

Complementarmente, os relatórios de monitoramento social do UNICEF (2022) denunciam as consequências físicas dessa exclusão intersecional. Em contextos periféricos, as privações de classe fundem-se ao racismo ambiental: mais de 50% das crianças negras de 0 a 6 anos nas regiões Norte e Nordeste vivem em domicílios sem acesso a saneamento básico adequado ou água potável, enfrentando índices elevados de insegurança alimentar moderada ou grave. Conforme alertam os estudos do Núcleo Ciência Pela Infância (NCPI), a desnutrição crônica e a exposição ao estresse tóxico nos primeiros mil dias de vida provocam alterações estruturais no desenvolvimento neurológico infantil. Essas alterações geram deficits severos e duradouros nas competências de alfabetização e raciocínio lógico, os quais se desdobram em uma perda permanente de renda na vida adulta, perpetuando a pirâmide da desigualdade social por gerações.

No cotidiano das instituições de Educação Infantil, as pesquisas etnográficas brasileiras, com destaque para as contribuições de Muller (2018), revelam como o racismo estrutural de Campos (2017) e Almeida (2019) ganha corpo nas práticas pedagógicas, nas expressões linguísticas e na organização do espaço escolar. Muller (2018) evidencia que os corpos das crianças são lidos e julgados de forma diferenciada pelas educadoras a partir de estereótipos raciais internalizados. O choro, a expansão física ou a agitação de uma criança branca e de classe média são socialmente

ISSN: 2358-8829

interpretados pelas docentes como sinais legítimos de liderança, criatividade, sensibilidade ou cansaço. Por outro lado, exatamente o mesmo comportamento performado por uma criança negra e de classe popular é recorrentemente adjetivado de forma violenta como "indisciplina", "agressividade", "hiperatividade" ou fruto de "falta de estrutura e limites familiares".

Essa rotulação sutil e precoce produz o que Louro (1997) classifica como o funcionamento do currículo oculto da discriminação, esquematizado na matriz multidimensional a seguir:

Dimensão Institucional	Mecanismos Operacionais de Discriminação	Consequências na Subjetividade da Criança
Distribuição Espacial	Segregação involuntária; crianças de classes populares alocadas em instituições com menor infraestrutura física e material.	Privação de estímulos estéticos e pedagógicos; naturalização da precariedade como destino de classe.
Interações Afetivas e Toque	Menor oferta de afeto físico (colo, abraço) e elogios verbais direcionados às crianças negras por parte das equipes de cuidado.	Fragilização do autoconceito; sentimento precoce de rejeição corporal e isolamento afetivo.
Expectativas Docentes	Profecia autorrealizável; projeção de trajetórias escolares mais curtas e laborais menos qualificadas para alunos pobres e negros.	Internalização da incapacidade intelectual; desinvestimento subjetivo no campo escolarizado.

ISSN: 2358-8829

Cultura Material e Estética	Predomínio absoluto de bonecas e personagens brancos; cartazes e decorações escolares pautados no padrão eurocêntrico.	Invisibilização da identidade étnico-racial; adoção da branquitude como o único padrão legítimo de beleza e humanidade.

Os resultados da literatura indicam, outrossim, que as expectativas docentes rebaixadas funcionam como uma "profecia autorrealizável". Ao pressupor que a criança negra e periférica não possui o habitus adequado para o sucesso acadêmico, a instituição escolar reduz a oferta de estímulos complexos, tolera o absenteísmo e negligencia as dificuldades de aprendizagem. Adicionalmente, a escassez crônica de brinquedos e materiais pedagógicos que valorizem a história, a cultura e a estética negra impede que a criança construa uma autoimagem positiva. A branquitude é apresentada sutilmente como o padrão universal de beleza, inteligência e civilidade, forçando a criança negra a vivenciar um processo doloroso de sofrimento narcísico e rejeição de seus próprios traços fenotípicos. A escola, dessa maneira, ao invés de cumprir sua função social de subversão das opressões históricas, atua como um potente aparelho ideológico que converte as desigualdades históricas de raça e classe em supostas diferenças de mérito pessoal e capacidade individual.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta investigação de cunho teórico-bibliográfico e documental permitiu desvelar a complexa engrenagem que submete à primeira infância aos ditames das desigualdades estruturais de raça e classe social no cenário brasileiro. Longe de se configurar como um período democrático marcado pela igualdade de oportunidades e pela neutralidade social, a infância constitui o locus primordial onde as assimetrias macroestruturais são corporificadas, naturalizadas e reproduzidas de forma molecular através das instituições oficiais e das práticas cotidianas de socialização.

Os dados e as correntes teóricas articulados e tensionados ao longo deste artigo, sob as lentes críticas de Campos, Almeida, Carneiro e Bourdieu, demonstram de forma inequívoca que o racismo estrutural e a distribuição desigual de capitais agem em

simbiose destrutiva. Essa aliança mutila cotidianamente o direito constitucional ao pleno desenvolvimento biológico, cognitivo e social de milhões de crianças negras, pardas e periféricas. A persistência histórica do déficit de vagas em creches nas periferias urbanas e a sobrevivência de um olhar pedagógico estigmatizante e punitivo revelam que a instituição escolar da Educação Infantil precisa passar por uma profunda, urgente e radical revisão ética, epistemológica e política.

Conclui-se que a superação definitiva desse quadro de exclusão e violência simbólica exige o abandono imediato de posturas pedagógicas pretensamente neutras, universais ou "daltônicas", as quais silenciam as clivagens raciais e socioeconômicas em nome de uma igualdade abstrata que favorece apenas as classes dominantes. A transformação da escola em um verdadeiro espaço de emancipação humana e justiça social requer a implementação ativa, curricular e cotidiana de uma educação genuinamente antirracista, popular e de classe.

Essa práxis pedagógica deve democratizar intencionalmente o acesso aos capitais culturais legítimos, visibilizar e saudar as múltiplas identidades étnicas e combater implacavelmente as práticas discriminatórias arraigadas nas linguagens e nos gestos institucionais. Somente ao romper com as bases estruturais e institucionais que sustentam essas hierarquias desde a primeira infância será possível vislumbrar a construção de uma sociedade verdadeiramente justa, igualitária, solidária e comprometida com a universalidade radical dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.

BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Zouk, 2007.

CAMPOS, Xenia Rosemarie. Racismo estrutural e subjetividade: tensionamentos no campo institucional. Saúde em Redes, v. 3, n. 2, p. 45-58, 2017.

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e inequality no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.

ISSN: 2358-8829

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Políticas sociais: acompanhamento e análise. Brasília: IPEA, 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MULLER, Fernanda. A infância e a raça na sociologia da infância brasileira. Educação & Sociedade, v. 39, n. 143, p. 385-402, 2018.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). Desigualdades na infância e na adolescência no Brasil: Indicadores de monitoramento social. Brasília: UNICEF, 2022.